

AUTISMO E INCLUSÃO: UM ESTUDO SOBRE OS PROFISSIONAIS E METODOLOGIAS UTILIZADAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Autores

Felipe Pinto Carvalho¹

Israel de Deus Ferreira Passos²

Paulo Vitor Martins da Silva³

Vitor Ávila e Fortes⁴

Eurídice da Conceição Tobias⁵

Luciani Vieira Gomes Alvareli⁶

Resumo

Atualmente a inclusão tem sido pauta de muitas discussões, proporcionando transformações em inúmeras áreas. Com o sistema educacional não tem sido diferente, muitos questionamentos têm sido feitos sobre escolas inclusivas e sobre seus benefícios alcançados, favorecendo também pessoas que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA). Porém, sabe-se da dificuldade enfrentada pelas escolas regulares em promover um ambiente inclusivo, com espaço e profissionais que possuam subsídios para promoverem um ensino de qualidade. Nesse sentido, foi realizado uma pesquisa de opinião, visando os profissionais atuantes na área da educação inclusiva, com o objetivo de compreender a realidade complexa desses profissionais, e produzir um material que os auxilie a ter maior consciência a respeito das técnicas utilizadas na educação do autista. A pesquisa de opinião evidenciou a necessidade de formação e suporte de materiais para os profissionais atuantes da área inclusiva, bem como maior esclarecimento acerca de técnicas específicas na educação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Ensino inclusivo.

AUTISM AND INCLUSION: A STUDY ON PROFESSIONALS AND METHODOLOGIES USED IN THE EDUCATION AREA

Abstract

Currently the inclusion has been the agenda of many discussions, providing transformations in numerous areas. With the educational system has not been different, many questions have been made about inclusive schools and their benefits achieved, also favoring people who have Autism Spectrum Disorder (ASD). However, it is known the difficulty faced by regular schools in promoting an inclusive environment, with space and professionals who have subsidies to promote quality education. In this sense, an opinion survey was conducted, aiming at professionals working in the area of inclusive education, in order to understand the complex reality of these and produce material that helps them to be more aware of the techniques used in the education of the autistic. The opinion survey showed the need for training and support of materials for professionals working in the inclusive area, as well as greater clarification about specific techniques in the education of people with Autism Spectrum Disorder (ASD).

Keywords: Inclusion. Autism. Inclusive teaching.

¹ Graduação superior de tecnologia em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC. E-mail: contato@fateccruzeiro.edu.br

² Graduação superior de tecnologia em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC. E-mail: contato@fateccruzeiro.edu.br

³ Graduação superior de tecnologia em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC. E-mail: contato@fateccruzeiro.edu.br

⁴ Graduação superior de tecnologia em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC. E-mail: contato@fateccruzeiro.edu.br

⁵ Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté - UNITAU e professora na Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC/ Prof. Waldomiro May. E-mail: euridice.tobias@gmail.com

⁶ Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP e docente no Centro Universitário Teresa D'Ávila – UNIFATEA. E-mail: luciani.alvareli@gmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo dados do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), há na atualidade, um caso de autismo a cada 110 pessoas. Assim, em meio a 200 milhões de habitantes no Brasil, estima-se que há cerca de 2 milhões de autistas (MENEZES, 2022).

Na atualidade, falar em escola inclusiva está em evidência. O foco dessa pesquisa é o público autista. Contudo, as escolas, bem como os profissionais da educação estão preparados para acolher, saber lidar, e ensinar esse público em questão?

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18).

E ainda, dentro desse contexto, como as escolas pensam o acolhimento de suas crianças? Estão sendo pensadas e aplicadas estratégias para inclusão dentro do ambiente escolar?

A educação inclusiva é algo que vem se efetivando, no entanto, tem provocado muitos questionamentos, principalmente quando se pensa na escola regular e se observa sua infraestrutura física e, particularmente, seus recursos humanos. O interesse pelo tema se deu a partir de alguns questionamentos como: a escola está se estruturando para receber e atender um aluno com necessidades educativas especiais? Os professores estão sendo preparados para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todos os alunos? Como está ocorrendo a implantação de projetos inclusivos?

O tema da presente pesquisa está centrado na expectativa de responder os questionamentos que nortearam os estudos e reflexões sobre o processo de inclusão que visa o bem-estar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O objetivo geral do estudo foi compreender a real situação da educação e dos profissionais inclusivos, pensar os materiais e métodos de ensino específicos para o público autista.

Para atingir tal objetivo, o conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA), o entender como o autista aprende, o pensar a formação de profissionais da educação inclusiva foram ações que contribuiriam para atingir o objetivo dessa pesquisa.

A hipótese de que a educação inclusiva pode ser um contributo para o desenvolvimento da pessoa autista foi o fio condutor da presente pesquisa.

O estudo teórico contribuiu para o entendimento do que é o autismo, procurou-se também mostrar a importância da capacitação de profissionais da Educação no quesito Inclusão

no Ambiente Escolar. Na sequência do desenvolvimento da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de opinião, com profissionais da educação, por intermédio de um questionário via *Google Forms* (conforme o apêndice A), mantendo total sigilo com a não identificação dos respondentes. Com a pesquisa de opinião foi possível o levantamento de dados sobre a realidade dos profissionais que atuam no ensino inclusivo, o que evidenciou a necessidade de capacitação desses profissionais específicos, visando o saber lidar com o autismo em sala, propiciando o desenvolvimento dos educandos portadores de TEA, inseridos nesse contexto educacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão sobre temas como inclusão, educação inclusiva, bem como sua aplicação já integra as reflexões sobre a Educação como um todo, o que exige identificar o atual cenário e suas diferentes categorias.

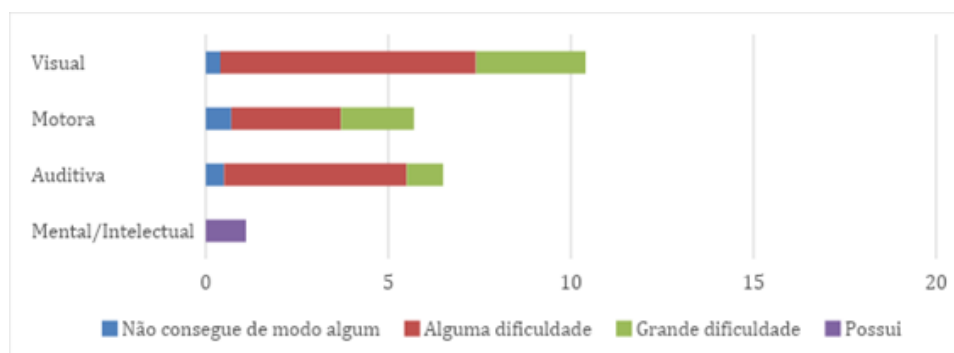
2.1 Conceção de deficiência

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência define pessoas com deficiência como sendo,

Aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, S.P.).

A Lei nº 13.146 de 2015 da Legislação Brasileira e a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) também possuem a mesma definição acerca de pessoas com deficiência (BRASIL, 2015).

Em 1940, criou-se (BRASIL, 2022) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a junção do Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG) de acordo com o Decreto Lei nº. 218 de 26/01/1938. A partir de então, o IBGE tornou-se a principal fonte de referência para o conhecimento das condições de vida da população do país, sendo realizado através de um questionário que visa obter dados das famílias como por exemplo identificação, informações pessoais, econômicas, mortalidade, educação, migração, fecundidade, deficiências etc. O questionário é aplicado em um intervalo de 10 anos, sendo o último censo realizado no ano de 2010, que demonstrou que no país há cerca de 12,5 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, ou seja 6,7% da população. O Gráfico 1 apresenta os tipos e graus de dificuldade das deficiências.

Gráfico 1 – Porcentagem da população, por tipo e grau de dificuldade e deficiência

Fonte: Adaptado de IBGE, 2010.

Os elementos apresentados no Gráfico 1 são referentes ao tipo de deficiência e ao grau de dificuldade. Frente aos dados levantados comprova-se a necessidade de se pensar a educação inclusiva e seus impactos no meio social.

2.2 Transtorno do Espectro Autista - TEA

De acordo Araújo (2019 apud CORRÊA; PRADO; SILVA, 2019), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de comunicação, interação social e comportamentos e interesses repetitivos ou restritos. Dentro desse contexto, Tenório e Pinheiro (2019) acrescentam que o transtorno geralmente costuma ser identificado na primeira infância, entre um ano e meio e três anos. Um achado interessante envolvendo tanto as amostras clínicas quanto as epidemiológicas foi o de que há uma maior incidência de autismo em meninos do que em meninas, com proporções médias relatadas de cerca de 3,5 a 4,0 meninos para cada menina (KLIM, 2008).

As causas do autismo ainda são pouco conhecidas, mas já se sabe que tem evidências de predisposição genética (MELO, 2016 apud CORRÊA; PRADO; SILVA, 2019). Alguns sintomas para identificar o autismo são: bebês que evitam o contato visual com a mãe; choro constante; apatia; inquietação excessiva; sensibilidade a luz forte e a barulhos muito altos, pouca vontade para falar; surdez aparente; transtornos de linguagem, repetição de palavras; movimentos pendulares e repetitivos de tronco, mãos e cabeça; ansiedade; agressividade e resistência às mudanças na rotina. É válido salientar que os sintomas variam de pessoas para pessoas e do seu grau de agravamento.

Este tipo de transtorno pode apresentar três características, sendo elas: dificuldade de comunicação, dificuldade de socialização e padrão de comportamentos repetitivos. Há vários

tipos de autismo, em que os sintomas podem se apresentar em diferentes intensidades. Os tipos mais comuns de autismo são apresentados no quadro 1:

Quadro 1 - Tipos do Transtorno do Espectro Autista

Síndrome de Asperger	O tipo mais leve do Autismo e é mais comum em meninos. Pode ser conhecido como “Autismo de Alto Funcionamento”, pois os pacientes que são diagnosticados possuem um grau de inteligência acima da média.
Transtorno Invasivo do Desenvolvimento	O tipo de Autismo intermediário e pode apresentar sintomas variados, como: comportamento repetitivo, dificuldade em socializar, entre outros.
Transtorno Autista	É um tipo grave de Autismo, onde as capacidades cognitivas, linguísticas e de socialização são mais afetadas. Esse é o tipo mais comum de Autismo e pode ser diagnosticado antes dos 3 anos de idade.
Transtorno Desintegrativo da Infância	É considerado o tipo mais grave do Autismo, onde a criança apresenta um desenvolvimento normal, porém a partir de uma certa idade ela começa a perder as habilidades cognitivas e de comunicação. Esse tipo é o menos comum.

Fonte: Prado; Silva; Corrêa (2019, p. 05)

Além dos diferentes tipos, o autismo pode apresentar vários níveis de comprometimento das habilidades. De acordo com quadro 2 eles podem ser definidos em:

Quadro 2 - Níveis do Autismo

Nível 1	Leve, onde as crianças possuem dificuldade de interagir com as outras crianças.
Nível 2	Intermediário, onde além de apresentarem dificuldade em interagir não gostam de mudanças e sofrem para mudar o foco de suas ações.
Nível 3	Grave, onde os pacientes se isolam mais, não conseguem estabelecer comunicação verbal ou não verbal e possuem movimentos repetitivos.

Fonte: Prado; Silva; Corrêa (2019, p. 05)

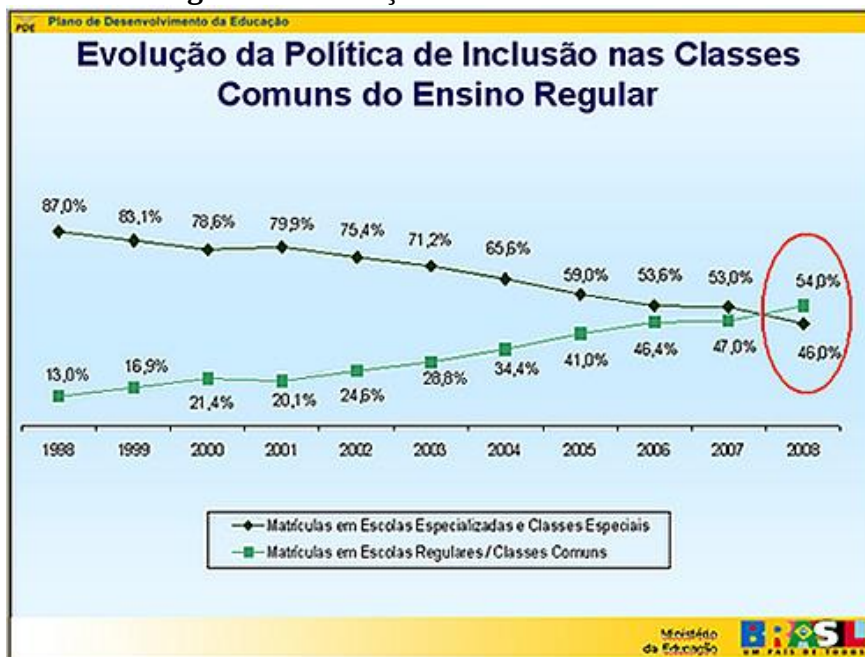
Tais informações levam a busca de técnicas para se trabalhar com o autista em sala, orientações aos pais e/ou responsáveis, visando contribuir para o desenvolvimento da pessoa portadora de TEA, preparando para sua inserção social.

2.2.1 Educação inclusiva

O início do século XXI marca o convívio com a diversidade humana no nosso dia a dia. O paradigma inclusivo vem sendo proposto, graças aos direitos inerentes ao cidadão, dos quais a pessoa deficiente é participante. No Brasil, há os dados que remetem à política inclusiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a partir da convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os direitos das pessoas com deficiência, em 2006 (BRASIL, 2009). De acordo com essa convenção, os sistemas educacionais inclusivos devem ser assegurados em todos os níveis. Por meio de emenda constitucional, foi aprovada a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, ampliando a inclusão de alunos com

deficiência em classes comuns, como mostra o quadro a seguir: A Figura 1 ilustra essa Evolução Política de Inclusão:

Figura 1 – Evolução da Política de Inclusão



Fonte: Ministério da Educação e Cultura (2007, p.07)

Observa-se acima, a influência das políticas públicas no crescimento de inclusão nas classes comuns do ensino regular. Onde as matrículas em classes comuns sobem de 13% em 1998 para 54% em 2008, e as matrículas em classes especiais caem de 87% em 1998 para 46% em 2008.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial (BRASIL, 2011), e deixando claro no Art.1º a garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, uma oferta de apoio necessária, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação. No Art. 2º comenta que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. E que o atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas do público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

A partir das informações do Decreto nº 7.611, percebe-se que a inclusão no sistema regular de ensino é direito da pessoa com alguma deficiência e, além disso, é dever desse

sistema educacional oferecer meios, inclusive com atendimento especializado, para que as habilidades educacionais se desenvolvam em igualdade de condições com os demais participantes do processo de aprendizagem que não apresentam necessidades educacionais especiais.

2.3 Falta de capacitação dos professores

Pode-se dizer que mesmo depois de inúmeras discussões em torno da inclusão social, os deficientes ainda acabam sofrendo estigma e preconceito por sua diferença. Existe um discurso em prol da inclusão em vários segmentos da sociedade, sendo um deles o ambiente escolar. A inclusão no âmbito educacional ganhou força com a Declaração de Salamanca, fruto da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais.

A educação inclusiva tem o princípio de que consiste em escolas que reconheçam e respondam às diversas necessidades dos alunos, assegurando-lhes uma educação de qualidade que lhes proporcione aprendizagem por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos especiais etc. Porém, vale lembrar que as escolas brasileiras, especialmente as públicas, vem enfrentando ao longo de anos, muitas dificuldades, pois não conseguem proporcionar aprendizagem de qualidade nem mesmo às crianças que não possuem deficiência, o que mostra uma má gestão pública com relação ao dinheiro investido na educação, não apenas no que diz respeito ao processo inclusivo, mas no sistema educacional como um todo.

Para Abenhaim (2005), uma escola inclusiva não significa apenas abrir suas portas às crianças com necessidades educativas especiais, sem ao menos saber como tratá-las, ou ter subsídios para proporcionar um ensino adequado. Pelo contrário, representa ver em cada uma delas um ser em desenvolvimento, que necessita de caminhos para desenvolver seu potencial.

Tesini e Manzini (1999) alertam que,

a inclusão escolar envolve professores bem-preparados e a definição de uma política que venha subsidiar princípios e práticas para atender as necessidades educativas especiais, construindo normas uniformes sobre a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Entretanto, observa-se que, em sua maioria, as escolas se encontram praticamente destituídas da infraestrutura necessária para implantar projetos inclusivos, tanto no tocante aos aspectos físicos quanto a recursos humanos. Com isto, acredita-se que os professores, na sua maioria, não estão sendo preparados para receber alunos com necessidades educativas especiais, sendo levados a se sentirem inseguros, preocupados e desamparados em sua profissão.

A pesquisa de Mazzoni, Torres e Andrade (2000) confirma que professores e escolas estão despreparados para atender alunos com deficiência. Os alunos cegos que participaram do

estudo manifestaram insatisfação com a instituição, acreditando que estavam em desvantagem, se comparado aos demais alunos, pois não havia materiais específicos e os professores não estavam preparados para atendê-los. Nesse ponto, é importante mencionar a pesquisa realizada por Gasparetto (2001), que também mostrou que os professores não estavam preparados para atender alunos com necessidades educacionais especiais. Em seu estudo com professores do ensino fundamental e diretores de escolas públicas que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, verificou-se que 82,3% desses profissionais tinham pouco ou nenhum conhecimento da área, enquanto 92,6% não tinham formação específica para atender esses alunos.

Segundo Bordin (2009, apud MOURA, 2018) as instituições enfrentam dificuldades severas quanto à estrutura física e de apoio a recursos de materiais e de profissionais. Dando sinais de que se pensou em Inclusão no Brasil, mas não houve preocupação em mexer nas estruturas para receber os alunos que necessitam de atendimento diferenciado.

2.4 Técnicas utilizadas na educação do autista

Segundo Berehff (1993), para educar uma pessoa com TEA, é preciso levar em consideração as dificuldades que esses indivíduos possuem. Por exemplo: a falta de interação com o grupo, comunicação precária, dificuldades na fala e a mudança de comportamento que apresentam essas crianças. Ainda para o autor, “é básico que a programação psicopedagógica a ser traçada para estas crianças, esteja centrada em suas necessidades” (BEREOHFF, 1993).

E, conforme Lopes e Pavelacki, (2006; 2008), existem várias técnicas de ensino para crianças com autismo. Essas técnicas têm o objetivo de prevenir ou reduzir as deficiências primárias. Desta forma:

Educar uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas ideias sobre desenvolvimento, educação normalidade e competência profissional. Torna-se um desafio descrever um impacto dos primeiros contatos entre este professor e estas crianças tão desconhecidas e na maioria das vezes imprevisíveis (BEREOHFF, 1993).

Sabe-se que o autista tem dificuldade de se adaptar ao mundo externo. Nesse sentido, é importante que na escola o aluno autista tenha uma rotina estruturada, que faça com que a criança se situe no espaço e tempo. É válido salientar a importância do professor como parte dessa rotina semanal, desta forma o aluno compreenderá que tal rotina não é uma restrição à sua criatividade. Nesse sentido, Lopes e Pavelacki (2006 e 2008) ressaltam que é importante que o profissional dê espaço para que o aluno fale e se expresse dentro das aulas, demonstrando que ele tem liberdade para isso.

O ensino estruturado é um dos aspectos pedagógicos mais importantes do Método TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handcapped Children*). Tratamento e Educação de Crianças com Deficiência Aurística e de Comunicação Relacionada (tradução nossa).

O Método TEACCH teve origem com o desenvolvimento de uma investigação no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Carolina do Norte nos Estados Unidos, que se propunha a ensinar aos pais técnicas comportamentais e métodos de educação especial que fossem ao encontro das necessidades dos seus filhos com autismo (PASSERINO, 2015 apud CUNHA; LIRA, 2021). Este plano nasceu por volta dos anos 60 através de Eric Schopler, psicólogo americano, com um doutoramento em autismo e vários estudos de investigação sobre intervenção nas crianças com autismo. Na sua tese de doutoramento em 1966, Schopler tinha como objetivo provar que o autismo não era uma doença emocional, mas que seria um modo perturbado de experienciar e compreender o mundo.

O método ajuda a delinear atividades, nos quesitos tempo, duração e material, na previsibilidade e nas rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas, enaltecendo as características dos princípios metodológicos dirigidos ao aprendizado do aluno autista, podendo ser utilizado em casa e na escola, abordando todas as características do indivíduo no seu dia a dia, onde cada espaço tem a sua demanda específica.

Os estímulos áudio cinestésico-visuais, sons e movimentos são associados a fotografias. Assim, o apoio visual de cartões com figuras, desenhos, símbolos, palavras escritas, materiais concretos sequenciados favorecem o trabalho em nível de nome, objeto e ação, ensinando-os que toda comunicação tenha significado (BORDIN, 2006)

As principais vantagens da metodologia TEACCH segundo Lima (2012) são:

- a) respeitar e adequar-se às características de cada criança; b) centrar-se nas áreas fortes encontradas no autismo; c) adaptar-se à funcionalidade e necessidades de cada criança; d) envolver a família e todos os que intervêm no processo educativo; e) diminuir as dificuldades ao nível da linguagem receptiva; f) diminuir os problemas de comportamento; g) aumentar as possibilidades de comunicação e h) permitir diversidade de contextos. (p. 48)

Outra metodologia utilizada é a ABA (*Applied Behavior Analysis*), Análise Comportamental Aplicada (tradução nossa), estudado desde 1960, trabalha com a modificação de comportamentos. Segundo o Centro Ativa de Terapia Comportamental (2013), a ABA trabalha com desenvolvimento de: linguagem e comunicação; área acadêmica; habilidades sociais e autocuidado e vida prática.

O Projeto Autismo em Dia (2020) afirma que o método ABA procura trabalhar o impacto da condição autista em situações reais, tendo como objetivo fazer os comportamentos desejáveis e úteis serem ampliados e diminuir aqueles que são prejudiciais ou que estão afetando negativamente o processo de aprendizagem. Visando trabalhar os comportamentos socialmente relevantes para a vida das pessoas.

Para os profissionais da Salz Clínica (2021) os benefícios do método ABA tem relação com à autonomia e autodesenvolvimento, pois os pacientes, durante o desenvolvimento da terapia, conseguem ter melhorias consideráveis no que diz respeito à comunicação. Desse modo, contribui de forma significativa para processos mais independentes no dia a dia. Porém, para que os resultados possam surgir mais rapidamente é importante que a técnica seja trabalhada em diversos ambientes.

Por fim, a última técnica a ser apresentada é o PECS (*Picture Exchange Communication System*), Sistema de Comunicação de Troca de Imagens (tradução nossa), definido como um sistema único de comunicação alternativa e aumentativa desenvolvido nos EUA em 1985 por Andy Bondy e Lori Frost. O PECS foi implementado pela primeira vez com alunos de pré-escola diagnosticados com autismo no Programa de Autismo de Delaware. Desde então, o PECS foi implementado com sucesso em todo o mundo, com milhares de alunos de todas as idades que têm várias dificuldades cognitivas, físicas e de comunicação. (BONDY, s.d.)

Ainda para o autor, a técnica é baseada no livro de B.F. Skinner, Comportamento Verbal, e análise de comportamento aplicada do amplo espectro. Estratégias específicas de estímulo e reforço que levarão à comunicação independente são usadas em todo o protocolo. Inclui procedimentos sistemáticos de correção de erros para promover a aprendizagem se o erro ocorrer. Dicas verbais não são usados, construindo iniciação imediata e evitando dependência.

O método é dividido em seis fases e começa ensinando um indivíduo a dar uma única figura de um item ou ação desejada a um “parceiro de comunicação” que imediatamente honre a troca como um pedido. O sistema prossegue ensinando a discriminação de figuras e como juntá-las em frases. Nas fases mais avançadas, os indivíduos são ensinados a usar iniciadores, responder perguntas e comentar, tendo como o principal objetivo ensinar comunicação funcional (BONDY, s.d.)

Segundo Vieira (2019) para o sucesso no sistema a equipe deve identificar itens e atividades que o aluno goste ao longo do dia. Oportunidades de comunicação devem ser planejadas e monitoradas cuidadosamente para que o acesso aos reforçadores identificados seja limitado.

Dentro dessa perspectiva, é importante que o profissional esteja disposto a estudar e conhecer mais acerca desse mundo em paralelo, que é o mundo em que vive uma pessoa autista,

conhecendo suas particularidades e adaptando sua forma de educar, para que possa vencer as dificuldades encontradas diariamente.

3 METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica propiciou conceitos e leis que tratam a questão do autismo e educação inclusiva. Na sequência foi realizada uma pesquisa de opinião com abordagem qualitativa, que se deu por meio de um questionário enviado via *Google Forms* no ano de 2022.

O questionário foi direcionado aos profissionais que trabalham com educação, com o objetivo de esclarecimento acerca do nível de capacitação dos mesmos e sobre o quão inclusivo é o seu ambiente de trabalho. Nesse sentido, propiciou o levantamento de dados sobre a temática do estudo, bem como entender como estes profissionais se sentem em meio à educação teoricamente inclusiva.

Por intermédio da pesquisa realizada via *Google Forms* foram definidas quatro questões e com a obtenção do retorno de 26 respondentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira questão buscou conhecer a respeito da preparação ou capacitação para se trabalhar com a inclusão escolar. Conforme o Gráfico 2, observa-se que de todos os profissionais que participaram da pesquisa 3,8% dos profissionais não se sentem preparados para participarem da inclusão escolar. 57,7% se sentem pouco preparados e 38,5% se sentem realmente preparados para participarem da inclusão escolar.

Gráfico 2 – Capacitado para atuar na inclusão escolar



Fonte: dados da pesquisa (2022)

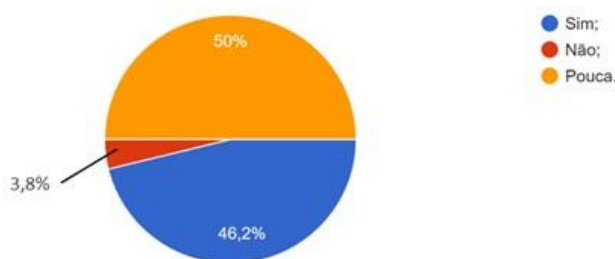
Segundo Lima (2002 apud MOURA, 2018) a insegurança dos professores para que consigam trabalhar com a inclusão se dá devido ao despreparo e muitas vezes falta de conhecimento devido à defasagem na formação de profissionais da área da educação, onde

muitas vezes o conhecimento adquirido por meio de sua formação acadêmica se torna utópico ao se deparar com a prática dentro das escolas.

No Gráfico 3, a seguir, tem-se como questão a adequação do ambiente e da infraestrutura para o desenvolvimento de atividades profissionais associadas à inclusão.

Gráfico 3 – Ambiente e infraestrutura apropriada

2 - O seu ambiente de trabalho possui uma infraestrutura apropriada para Inclusão ?
26 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2022)

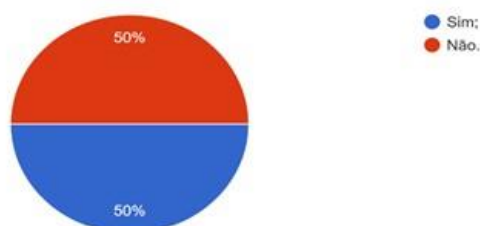
Com essa questão é possível notar que 50% das profissionais que responderam ao questionário, afirmam que seu ambiente de trabalho tem pouca infraestrutura para a inclusão. 46,2% afirmam que o ambiente de trabalho tem infraestrutura apropriada para inclusão, e 3,8% alegam trabalhar em um local que não possui infraestrutura inclusiva.

Silva (2007 apud SILVEIRA et. Al. 2012) cita que a educação inclusiva tem sido feita, muitas vezes, com dificuldade, devido ao despreparo dos profissionais, sendo que os mesmos possuem pouco conhecimento sobre métodos de estimulação em meio às necessidades educativas e à falta de recursos disponibilizadas aos profissionais.

Por outro lado, questionou-se a respeito da existência de programa de capacitação e formação profissional para atuação de profissionais capacitados com a inclusão.

Gráfico 4 – Ambiente e infraestrutura apropriada

3 - Na instituição em que você trabalha, são disponibilizados cursos de capacitação na área inclusiva?
26 respostas



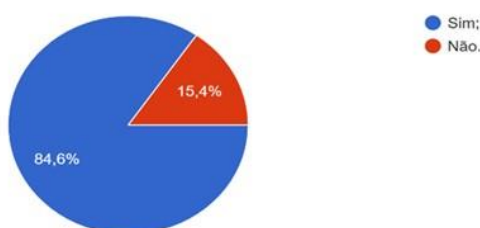
Fonte: dados da pesquisa (2022)

Desse modo, pode-se observar que 50% das instituições disponibilizam cursos de capacitação para seus profissionais e 50% das instituições não oferecem.

Frias e Menezes (2009 apud MOURA, 2018) citam que o conhecimento adquirido pelo profissional da educação o auxilia para que o mesmo desmistifique preconceitos e promova o respeito às diferenças na sala de aula, na escola e, conseqüentemente, na sociedade. Mas também pode ocorrer por iniciativa do próprio profissional na busca de capacitação.

Gráfico 5 – Iniciativa autônoma para capacitação

4 - Você busca capacitação de forma autônoma, para o seu desenvolvimento profissional na área inclusiva?
26 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Mediante ao questionamento foi possível observar um retorno bastante positivo, sendo possível observar que 84,6% dos profissionais buscam capacitação de forma autônoma, sem depender da instituição onde trabalha e 15,4% dos profissionais não buscam capacitação de forma autônoma, que, diante da pesquisa realizada representa um total de 4 pessoas.

Lima (2002 apud MOURA, 2018) cita, em contraponto, que muitas vezes a insegurança dos profissionais da educação se dá devido ao despreparo e à falta de interesse dos profissionais em buscar cursos de formação continuadas e cursos de especialização, porém é possível observar, por meio da pesquisa, que, dos profissionais entrevistados, a maioria busca capacitação de forma autônoma, demonstrando interesse pelo tema, além de buscar seu desenvolvimento individual.

Posteriormente a pesquisa bibliográfica e a aplicação do questionário, foi desenvolvido um infográfico, conforme ilustra a Figura 2, com três técnicas utilizadas na educação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo elas: TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handcapped Children); ABA (Applied Behavior Analysis) e PECS (Picture Exchange Communication System).

Nesse sentido, o Infográfico tem o propósito de ser uma porta de entrada para orientações e possíveis aprofundamentos.

Figura 2 – Infográfico - Técnicas: Dicas para Educação do Autista



Fonte: Criação dos autores (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi compreender o real cenário da Educação Inclusiva bem como como os Profissionais Inclusivos. Assim, entender temas como: deficiência; tipos de deficiência; Transtorno do Espectro Autista (TEA); técnicas utilizadas na educação do autista; educação inclusiva e falta de capacitação dos professores, foi essencial para compreender a importância da capacitação dos profissionais que trabalham com as pessoas que possuem Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Com o estudo e a aplicação da pesquisa de opinião via *Google Forms*, percebeu-se o cenário desfavorável à educação inclusiva. E ainda, foi possível perceber que os profissionais da educação são proativos em buscar novos conhecimentos por meio de capacitações, visando melhorar a qualidade de seu desempenho em sala de aula. Porém, também se detectou dificuldades encontradas referente ao suporte e à infraestrutura dentro do ambiente escolar.

Nesse sentido, visando contribuir com tal situação, foi elaborado um infográfico contendo três técnicas utilizadas na Educação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a proposta de nortear os profissionais que buscam se qualificar, e despertar a curiosidade desses profissionais que porventura possuem pouca informação a respeito do tema.

A pesquisa mostrou que com o empenho dos profissionais da educação, associado a um maior esclarecimento social referente à inclusão, torna possível a implementação de uma educação inclusiva e eficaz.

É válido salientar, que o cenário da Educação Inclusiva que pensa pessoas com Transtorno do Espectro Autista, pede que estudos contínuos sejam desenvolvidos, tendo em vista cada vez mais a presença do autista na comunidade acadêmica. Nesse sentido, este trabalho abre caminhos para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ABENHAIM, E. (2005). **Os Caminhos da inclusão: breve histórico**. Em A. M. Machado, A. J. Veiga Neto, M. V. O. Silva, R. G. Prieto, W. Rannã & E. Abenham (Orgs.), *Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola* (pp. 39-53). São Paulo: Casa do Psicólogo.

AUTISMO EM DIA. **Método ABA: conheça uma das terapias mais eficazes no tratamento do autismo**. 07 jul. 2020. Disponível em: <https://www.autismoemdia.com.br/blog/metodo-aba-conheca-uma-das-terapias-mais-eficazes-no-tratamento-do-autismo/>. Acesso em: 29 out. 2022.

BEREOHFF, A. **Autismo: uma história de conquistas**. Em Aberto, v. 13, n. 60, 1993.

BONDY, A. **Sistema de comunicação por troca de figuras (PECS)**. Disponível em: <https://pecs-brazil.com/sistema-de-comunicacao-por-troca-de-figuras->

pecs/#:~:text=O%20PECS%20consiste%20em%20seis,como%20junt%C3%A1%20das%20em%20frases. Acesso em 27 out. 2022.

BORDIN, S. M. S. Fale com ele: um estudo neurolinguística do autismo. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Campinas, 2006

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 218, DE 26 DE JANEIRO DE 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-218-26-janeiro-1938-350934-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Muda%20o%20nome%20do%20Instituto,que%20lhe%20confere%20o%20a> rt. Acessado em: 19 out 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7611&ano=2011&ato=009ETUU9UMVpWTa6a>. Acessado em: 15 out 2022.

BRASIL. Decreto Nº 6949, de 25 de agosto de 2009. **Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. Brasília, DF.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm#:~:text=1.,todos%20os%20aspectos%20da%20vida. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

CENTRO DE TERAPIA COMPORTAMENTAL. **ABA.** (2013). Disponível em: <https://centroativa.com.br/aba>. Acesso em 29 out. 2022.

CORRÊA, G; PRADO, R; SILVA; V. **A Inclusão De Pessoas Com Autismo No Mercado De Trabalho.** Cruzeiro, 2019. Disponível em: <https://www.fateccruzeiro.edu.br/projetos/acervo/c9e1074f5b3f9fc8ea15d152add07294.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

CUNHA, E. B. S.; LIRA, M; R. O método teacch® e suas técnicas para o desenvolvimento das habilidades comunicativas em estudantes autistas. 2021. Curso de Especialização em Educação Especial na perspectiva Inclusiva UPE /Mata Norte. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/9477/1/O%20M%C3%89TODO%20TEACH%20AE%EF%B8%8F%20E%20SUAS%20T%C3%89CNICAS%20.pdf>. Acessado em: 13 set 2022

GASPARETTO, M. **Visão subnormal em escolas públicas: conhecimentos, opinião e conduta de professores e diretores do ensino fundamental.** Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2001.

IBGE EDUCA. **Pessoas com deficiência.** Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 01 out. 2020.

LIMA, C. B. **Perturbações do espectro do autismo:** manual prático de intervenção. Lisboa: Lidel, 2012.

LOPES, D; PAVELACKI, L. **Técnicas utilizadas na educação dos autistas.** (Entre 2006 e 2008) Disponível em: <http://files.inclusaoescolar.webnode.com.br/200000013->

1e8661f802/T%C3%A9nicas%20utilizadas%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20autistas.PDF. Acesso em: 02 nov. 2020.

MAZZONI, A; TORRES, E; ANDRADE, J. (2000). **Sobre acesso e a permanência de estudantes universitários com necessidades educacionais especiais.** Educação Especial: olhares e práticas (pp. 225-233). Londrina: Ed. UEL.

MEC. **Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educacionais Especiais.** Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2022

MELO, Luisa. Empresas contratam mais autistas – e não é para cotas. Exame, 2016. Disponível em: Acesso em: 28 set 2022.

MENEZES, P. **O lugar do autista é em todo lugar:** A campanha Abril Azul busca conscientizar a população sobre o autismo. Disponível em: <https://casembrapa.com.br/public/noticias/358#>. Acesso em: 20 maio 2022.

MOURA, M. (2018). **Educação inclusiva: a importância da capacitação dos professores.** Disponível em: <https://bdcc.unipe.edu.br/publications/educacao-inclusiva-a-importancia-da-capitacao-dos-professores-maria-eliane-alves-de-moura/>. Acesso em: 26 maio 2022

PASSERINO, Liliana Maria; BEZ, Maria Rosângela (Org.). Comunicação alternativa para uma inclusão social a partir do Scala (recurso eletrônico). Passo Fundo. Ed. Universidade de Passo Fundo, 2015.

SALZ CLÍNICA. **Método ABA: terapia proposta para tratamento do autismo.** 05 fev. 2021. Disponível em: <https://salzclinica.com.br/metodo-aba-autismo/>. Acesso em 30 out. 2022.

SANTOS, C; SANTOS, H; SANTANA, M. **O processo de aprendizagem de crianças autistas.** Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc12-3.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2020.

SILVEIRA, K; ENUMO, S; ROSA, E. (2012) **Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sN6wfRgRRg6qMYNpLTHS5tR/?format=html#>. Acesso em: 26 maio 2022.

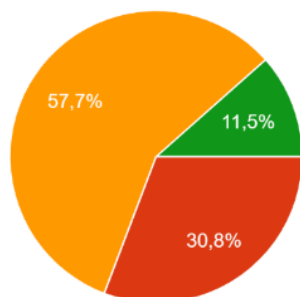
TESINI, S; MANZINI, E. (1999). **Perspectivas de professores que trabalham com deficientes mentais sobre a proposta de inclusão na rede oficial de ensino.** Em E. J. Manzini (Org.), Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica, (pp. 85-96). Marília: UNESP.

VIEIRA, S. **PECS.** 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.canalautismo.com.br/numero/004/pecs/>. Acesso 27 ago. 2022.

Apêndice A – Questionário Google Forms

1 - Qual o seu conhecimento sobre Deficiência e Inclusão?

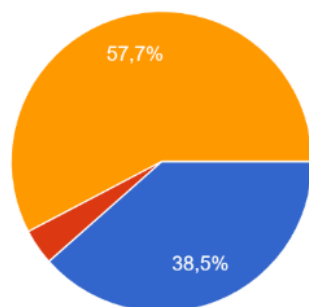
26 respostas



- Nenhum conhecimento;
- Pouco conhecimento;
- Tenho conhecimento;
- Muito conhecimento.

2 - Você se sente preparado(a) ou capacitado(a), para participar da Inclusão Escolar ?

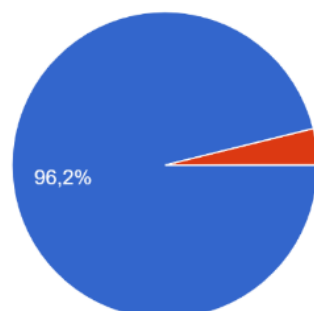
26 respostas



- Sim, me sinto preparado(a) ou capacitado(a) para participar;
- Não, não me sinto preparado(a) ou capacitado(a) para participar;
- Me sinto pouco preparado(a) ou capacitado(a) para participar.

3 - Você considera que o seu ambiente de trabalho é Inclusivo?

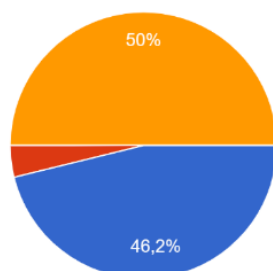
26 respostas



- Sim;
- Não.

4 - O seu ambiente de trabalho possui uma infraestrutura apropriada para Inclusão ?

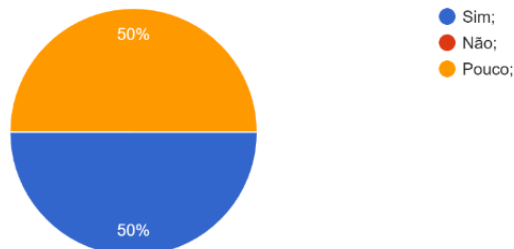
26 respostas



- Sim;
- Não;
- Pouca.

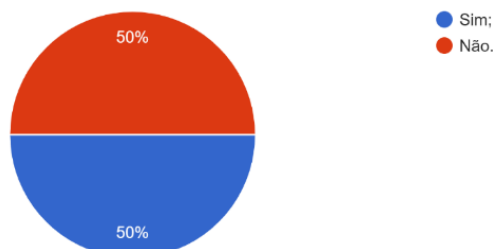
5 - São disponibilizados materiais didáticos e pedagógicos para uma educação inclusiva, no seu ambiente de trabalho ?

26 respostas



6 - Na instituição em que você trabalha, são disponibilizados cursos de capacitação na área inclusiva?

26 respostas



7 - Você busca capacitação de forma autônoma, para o seu desenvolvimento profissional na área inclusiva?

26 respostas

